

SUMÁRIO

Doutrina

Fernando Rubin - Notas especiais a respeito do processo previdenciário acidentário

I - Introdução. II - Da alteração da causa de pedir e pedido. III. Da revogação *ex officio* da tutela antecipada. IV. Da possibilidade de composição do litígio. V. Da aplicação processual do brocardo *in dubio pro* segurado. VI - Conclusão.

9

Gilberto Gomes Bruschi - O agravo de instrumento e a alteração do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça no caso de defeito de formação por falta das peças facultativas, mas essenciais

1. Delimitação do tema. 2. A interpretação do inciso II do art. 525 do CPC. 3. Posicionamento entendendo pela inadmissibilidade do agravo por defeito de formação. 4. Posicionamento entendendo pela possibilidade de conversão do julgamento em diligência para viabilizar a juntada das peças necessárias. 5. O novo posicionamento do Superior Tribunal de Justiça. 6. Conclusão.

16

Juvêncio Vasconcelos Viana - Do indeferimento da inicial e seus apelos

1. Palavras introdutórias. 2. O despacho liminar negativo. 3. Indeferimento da inicial (art. 295) e seu recurso. 4. Rejeição liminar do pedido.

22

Marcos de Araújo Cavalcanti - A evolução da tutela jurisdicional coletiva no Brasil

1. Evolução doutrinária e legislativa. 2. A ação popular no Direito brasileiro: do regime da Constituição de 1934 até a Constituição de 1969. 3. A doutrina brasileira do final da década de 1970. 4. O Ministério Público do Estado de São Paulo e o anteprojeto da Lei da Ação Civil Pública. 5. A Lei da Ação Civil Pública. 6. A Constituição da República de 1988. 7. O Código Brasileiro de Defesa do Consumidor. 8. A nova Lei do Mandado de Segurança. 9. Outras leis extravagantes para a tutela de direitos coletivos.

33

Oscar Valente Cardoso - Eficácia vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal no controle concentrado de constitucionalidade

1. Introdução. 2. Eficácia vinculante das decisões do STF: histórico normativo. 3. Delimitação conceitual da eficácia vinculante. 4. Eficácia vinculante das decisões liminares no controle concentrado. 5. Limites da eficácia vinculante das decisões do STF no controle concentrado. 6. Conclusões.

56

Pedro Roberto Decomain - Recursos: noção e princípios

1. Introdução. 2. O que são os recursos? 3. Os princípios dos recursos.

66

Sérgio Massaru Takoi - A inconstitucionalidade do artigo 8º e seu parágrafo único da Lei 12.514/2011 que impossibilita a propositura de execução fiscal por parte de conselho profissional de valor inferior a quatro anuidades e permite a aplicação de sanções (políticas)

1. Introdução. 2. Histórico constitucional do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional no Brasil. 3. O princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional na Constituição brasileira de 1988. 4. A inconstitucionalidade material do artigo 8º, *caput*, e seu parágrafo único da Lei 12.514/2011. 5. Inconstitucionalidade formal do artigo 8º e seu parágrafo único da Lei 12.514/2011. 6. Conclusão.

79

Taiana Valar Dal Grande - O julgamento por amostragem no âmbito do Superior Tribunal de Justiça à luz de princípios processuais

1. Introdução. 2. O recurso especial repetitivo como otimizador do princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário (acesso à justiça). 3. Respeito ao princípio da duração razoável

do processo. 4. O não afrontamento ao princípio do livre convencimento e o precedente como um norteador a ser seguido. 5. Os mecanismos processuais que contemplam o princípio do contraditório e da ampla defesa. 6. Conclusões. 87

Parecer

Jean Carlos Dias - O cabimento da ação cautelar inominada diretamente ao tribunal na pendência de admissão da apelação em ação de embargos de terceiro
1. O requisito do *periculum in mora*. 2. O requisito do *fumus boni juris*. 3. Conclusão. 105